

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



De volta aos estudos

Sentada no corredor de entrada do Colégio de Aplicação da UFRGS, Zeli Pinheiro da Cruz, de 80 anos, é abraçada por um adolescente que segue para a aula. Transitando com naturalidade pelo prédio, entra no laboratório e bate um papo rápido com a professora que descansava na sala quando chegamos para conhecer o lugar. Ao caminhar pelo pátio, é cumprimentada com afeto e brinca com a professora de Educação Física: “Vieram me entrevistar, tô ficando importante”. Recebe de bate-pronto a resposta: “Tu és importante”.

Quem a vê circulando com tanta desenvoltura e familiaridade entre as pessoas e as instalações do colégio pode pensar que se trata de uma servidora, com décadas de serviços realizados, ou ao menos uma relação de muitos anos com a instituição. Mas a verdade é que Zeli cursa o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) desde o segundo semestre de 2017.

Há dois fatores que explicam como pode se criar em tão pouco tempo um vínculo dessa magnitude com a instituição: o gosto pelo estudo e a retomada de um ciclo interrompido ainda na adolescência. Nascida em 1939 – antes mesmo da fundação do Colégio de Aplicação, que é de 1954 –, Zeli conta que abandonou os estudos aos 14 anos para se dedicar ao trabalho em uma fábrica de espirais repelentes de insetos em sua cidade natal, São Vicente do Sul. “Na época, gostei muito de trabalhar – na semana em que comecei já recebi pagamento. Depois veio o namoro, o casamento – aos 18 anos – e os filhos. Meu pai devia ter me dado uns tapas e me feito voltar pra escola, mas ele era uma pessoa muito boa”, diverte-se.

O prazer em retornar às aulas resgatou a paixão pelo ensino. Hoje ela mostra convicção em afirmar: “Meu lugar é na UFRGS. No fim do ano, devo me formar e não sei como vou viver longe desse colégio. Amo o Aplicação

e os professores. Não gosto de filme nem de novela, não gosto de ficar em casa”. A afinidade é maior com as disciplinas de português e informática, ao passo que os cálculos das aulas de matemática fazem o papel de calcanhar de Aquiles de Zeli. “Venho às 18 horas [uma hora antes do início das aulas do EJA] porque estou muito fraca em matemática. Às vezes tenho reforço com o bolsista e entendo melhor.”

Zeli conta ainda que, mais do que os cálculos, precisa vencer algumas limitações na saúde para acompanhar as aulas. “Tenho asma, o que me impede de ir em algumas saídas de campo. Na verdade meu médico me proibiu de fazer aulas à noite, mas não dou muita bola. Quando está muito frio ou chove, eu fico em casa e depois pego o conteúdo com os colegas para recuperar. Mas, se estou em casa, fico muito inquieta”, afirma.

Além do prazer em frequentar as aulas e criar novas amizades com professores e colegas – muitos deles estiveram na sua festa de aniversário de 80 anos –, cursar o EJA também a aproximou dos bisnetos, que agora recorrem com maior frequência à sabedoria da aposentada: “Eles até me ensinam às vezes. Mas eu estudo sempre pra quando me fizerem uma pergunta eu não dizer: ‘Não sei’. Não gosto de me limitar a isso, quero sempre saber mais um pouco”.

Depois de ter passado tanto tempo afastada das aulas, a relação com os livros e cadernos está mais forte do que nunca e não tem data pra terminar. Para o futuro, os planos são de seguir estudando e incluem ainda a UFRGS. “Depois de me formar, pretendo tentar o vestibular para Pedagogia. Gosto muito de estudar. Enquanto minha cabeça estiver boa, lúcida, vou seguir”, completa Zeli.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Aprender a olhar-se no espelho

Maria José dos Santos Alves costumava apresentar-se como Zezé. Hoje faz questão de se fazer conhecer pelo nome e sobrenome. Ela pondera, citando a antropóloga Lélia González, que “negro tem que ter nome e sobrenome, se não os brancos lhe arranjam um apelido”. Para além de um nome completo, é licenciada em História, mestre em Educação, especialista em tutoria a distância e graduanda de Museologia. Mas até conseguir aceitar e verbalizar quem é, Maria José passou por um longo processo, interno e externo, de aceitação.

Em 1996, ingressou no Ensino Superior, mais tarde que a média dos universitários. Aos 32 anos e com um filho de um ano, iniciou as aulas do curso de Química. “Eu gostava das equações do Ensino Médio, mas vi que não tinha nada a ver com aquilo”, diverte-se ao lembrar a troca pela licenciatura em História em 1998. Alguns anos depois, seria a única aluna negra graduada no curso. Isso ocorreu no segundo semestre de 2005, ou seja, antes de ser implementada a política de cotas na Universidade.

Percebia-se como uma antítese da população da Universidade: brancos de classe média alta, jovens recém-virando adultos com tempo para se dedicar às atividades acadêmicas. “Quando dizia que fazia História, as pessoas me perguntavam em que universidade particular, pois não viam como eu poderia estar numa federal.” Mas, mesmo com diferenças tão evidentes, acredita que não conseguia compreender plenamente o quadro da época, tendo inclusive não participado do movimento que implementou as ações afirmativas na UFRGS. “Tive muita dificuldade de racializar minha vivência nos espaços da UFRGS e entender que as disciplinas só falavam de negros como escravos: nenhum autor negro e nada sobre nossa contemporaneidade.”

A dificuldade em lidar com perfis fora do padrão universitário fica explícita na fala de uma professora que cobrava a leitura de textos em inglês, porque “todo aluno deveria saber inglês para cursar História”. De lá para cá, muita coisa mudou. “Na época, eu saí da aula e não voltei para aquela disciplina. Hoje acho que nenhum professor diria algo assim e, mesmo que pense, os alunos não deixariam. Na aula de Africanidade e Cidadania Brasileira – da Antropologia, que curso de modo extracurricular –, o professor, branco, traz autores negros, e os alunos cobram isso. O problema é que ainda o referencial teórico de negros tem que se buscar autonomamente, porque a universidade quase os invisibiliza. Por isso

são importantes os coletivos, para pressionar para que essas disciplinas não sejam eletivas ou extracurriculares, mas obrigatórias.”

Depois do mestrado, lecionou na rede pública, época em que sentiu um dos desdobramentos mais cruéis do racismo: a internalização do preconceito. “Agora, olhando pra trás, eu vejo que fiz o curso de História em tempo recorde. E no mestrado também, mas sempre me senti em dívida com o conhecimento, me cobrava muito, como se eu nunca fosse suficiente. Tinha muito medo de que me perguntassem algo. Foi a partir das minhas leituras e com apoio da minha psicóloga que consegui me resolver.”

Desde 2015 cursando Museologia, Maria crê que o reflexo da presença negra na universidade vai além das salas de aula. “Fiquei cerca de 15 anos sem ir ao Câmpus do Vale. E, quando voltei, em 2018, notei muito mais jovens negros ocupando aquele espaço. Foi conversando com alguns deles que passei a ler mais autores negros que falam sobre a questão racial.”

Hoje Maria é estagiária no Museu Júlio de Castilhos, o que representa mais um desafio às estatísticas. “A universidade e o mercado de trabalho não são feitos para estudantes ou estagiários mais velhos. Mas eu faço questão de trabalhar porque não faço o curso só por fazer. Aqui no museu estou sob a coordenação da diretora e na área de

reserva técnica, então é um local muito importante.”

Maria José acredita ser impossível comparar-se hoje com quem era há 20 ou 15 anos. “Não digo que faria algo diferente, porque tudo é processo. Mas, se eu voltasse a dar aula hoje, teria dado mais atenção às minhas alunas negras, porque elas precisam entender que infelizmente estamos no patamar mais baixo da sociedade.” Maria acredita que a chave para mudar o cenário é o estudo. “A teoria é de suma importância para a nossa construção, para nos embasar de conhecimento. Porque quando lemos sobre nós, negros e negras, não estamos em estado de suspensão, estamos ali.” Uma dualidade que estará presente como reflexão no TCC que Maria pretende apresentar no fim do próximo ano sobre as narrativas de mulheres negras que trabalham como terceirizadas na universidade. “O discurso branco nos vê como homogêneas, mas não somos, temos várias histórias que têm um atravessamento da subjetividade, embora com pontos em comum pela questão racial. Patrícia Hill Collins cria a metáfora do espelho, que também está voltado para mim, e há o questionamento: até que ponto é outra história, e até que ponto é uma história como a minha”.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU